

MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO VALE DO JEQUITINHONHA

Rayane Silva Nobre¹
Aline Weber Sulzbacher²
Josélia Barroso Queiroz Lima³

Resumo

As relações sociais de gênero fazem parte de relações de poder entranhas nas normas e valores da sociedade contemporânea e que, por sua vez, instituem e legitimam políticas (privadas ou públicas). A legitimação de determinada política é sempre dada por um determinado coletivo com o poder simbólico de legitimação. As políticas privadas – aquelas regras construídas socialmente e instituídas no domínio do doméstico – são ancoradas, em muitos aspectos, pela ordem ideológica distorcida de relações sociais de gênero que definem perfis, comportamentos e modos de ser do feminino e do masculino. Do privado ao público, o “lugar da mulher” é muito bem delimitado e definido, socialmente. Assim, esse trânsito entre espaços é marcado por desafios que exigem determinadas condições (objetivas e subjetivas) do ser social feminino. No entanto, as mulheres têm ocupado espaços proeminentes nas sociedades do Vale do Jequitinhonha. Não somente espaços de trabalho, mas espaços políticos, de fala, de condução de organizações da sociedade civil. Elas assumem posições políticas, como lideranças sociais, e trazem para o palco a implantação de projetos alternativos, com outros olhares para o desenvolvimento das suas comunidades. Neste artigo, objetiva-se analisar e discutir a relação entre as mulheres do Vale do Jequitinhonha e as políticas públicas. A partir de relatos de mulheres do Vale, foi possível observar que essas mulheres não alimentam uma perspectiva de fragilidade, desgraça ou lastimosa. Elas criam formas de vivência a partir das possibilidades e organização local, tomando decisões e desenvolvendo ações determinantes para melhoria da qualidade de vida, ainda que subjugadas as normativas conservadoras e restritivas da sociedade local (como, por exemplo, de que lugar de mulher é em casa) e da lógica mercantil de inserção periférica.

Palavras chaves: empoderamento, projetos, relações sociais de gênero

Introdução

Neste artigo, objetiva-se analisar e discutir a relação entre as mulheres do Vale do Jequitinhonha e as políticas públicas. Uma das nossas premissas é a de que as políticas públicas contribuíram para o empoderamento feminino que se efetiva socialmente a partir da atuação das mulheres na criação ou condução de entidades e ou na mobilização das comunidades em prol de direitos sociais, dentre outros.

¹ Estudante do curso de graduação em Bacharelado em Humanidades (BHU) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. E-mail: rayanenobre1000@gmail.com

² Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), nos cursos de Geografia-Licenciatura, de Bacharelado em Humanidades e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM. E-mail: awsulzba@gmail.com

³ Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), no curso de Bacharelado em Humanidades e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM. E-mail: joseliabqlima@gmail.com

Os procedimentos metodológicos têm por base projeto de pesquisa (em andamento) sobre a relação entre as mulheres e as políticas públicas no Vale do Jequitinhonha (FAPEMIG/UFVJM)⁴. A pesquisa tem abordagem qualitativa e “[...] não segue sequência tão rígida das etapas assinaladas [...]. As informações coletadas são interpretadas e isto pode originar a exigência de nova busca de dados” (TRIVIÑOS, 1987, p. 131). Incluí (1) pesquisa bibliográfica e leitura aprofundada da produção literária acompanhadas da (2) realização de grupos de estudos e debates, realização de (3) incursões empíricas a fim de conhecer diferentes realidades de mulheres, ao longo do Vale do Jequitinhonha em sua vertente mineira, bem como (4) um levantamento das principais políticas públicas e das entidades ou organizações sociais que mediam a relação entre as mulheres e o Estado.

As mulheres têm ocupado espaços proeminentes nas sociedades do Vale do Jequitinhonha. Não somente espaços de trabalho, mas espaços políticos, de fala, de condução de organizações da sociedade civil. Elas assumem posições políticas, como lideranças sociais, e trazem para o palco a implantação de projetos alternativos, com outros olhares para o desenvolvimento das suas comunidades.

Em parte esses processos foram possíveis a partir de políticas públicas que criaram condições para que estes sujeitos sociais assumissem seu papel político no processo de transformação da realidade social. As políticas afirmativas que ampliam a educação como direito social e reconhecem que os saberes populares e o direito ao território se revelam no rito e na postura daquelas que compuseram a mesa e legitimadas pela comunidade, assumem suas falas. São ambas representantes da ascensão política, uma pela via da educação formal (a doutora), outra pela via da política social e econômica, da política dos movimentos sociais.

Assim, neste artigo abordaremos as questões em duas grandes partes. Na primeira, faremos uma análise situacional do Vale do Jequitinhonha trazendo elementos de sua formação socioespacial e algumas das diferentes lutas contra processos de expropriação da terra, das águas, dos minerais e das gentes, historicamente vivenciados pelas comunidades. Na segunda, daremos atenção à questão das mulheres, dos projetos e políticas públicas executadas e suas implicações na discussão das relações sociais de

⁴ O projeto de pesquisa tem vigência de março de 2017 até março de 2018 e conta com a participação dos pesquisadores colaboradores Juliana Franzi, Clebson de Almeida e Ataliane Pereira. Para a pesquisa empírica, foi fundamental o apoio de várias entidades. Agradecemos em especial a Comissão da Pastoral da Terra (CPT – Almenara) com Edivaldo Ferreira Lopes e Luziete Rodrigues, e o Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV – Turmalina) com Edivânia e Cida.

gênero no campo e na cidade. Assim, na reflexão e problematização usamo-nos da contribuição de autores que discutem e pesquisam o Vale do Jequitinhonha, a questão das mulheres, as relações sociais de gênero e as políticas públicas. Serão apresentados, ainda, alguns dados preliminares resultantes da imersão no campo até então realizadas.

O Rio Jequitinhonha, são muitos os Vales, são diferentes as lutas.

O Vale do Jequitinhonha, histórico e geograficamente, é marcado pela diversidade paisagística, ocupação histórica e de trajetórias sociais. Conforme Souza (2003, p. 02) “Essa vasta região é diversificada tanto pelo longo processo histórico de ocupação quanto pela diversidade de atividades que predominaram em cada lugar”. Atualmente, “há predomínio da atividade mineradora no alto Jequitinhonha, predomínio da pecuária no baixo Jequitinhonha e uma atividade mista na região intermediária”. Em termos geográficos, localiza-se a Nordeste de Minas Gerais, banhado pelo Rio Jequitinhonha, faz fronteiras com as regiões Vale do Mucuri e Norte de Minas, representando aproximadamente 15% da área do Estado de Minas Gerais (NASCIMENTO, 2009). Apresenta uma população de 980 mil habitantes onde mais de dois terços dela vive na zona rural. Do ponto de vista administrativo e político, o Vale tem 75 municípios organizados nas sub-regiões denominadas por “Alto”, “Médio” e “Baixo” Jequitinhonha (PORTAL POLO JEQUITINHONHA, 2016).

O Alto Jequitinhonha, conhecido como microrregião de Diamantina, possui uma vegetação que varia do cerrado aos campos rupestres. As atividades econômicas características são: exploração de ouro e pedras preciosas e grandes projetos de monoculturas de eucalipto. O turismo é intenso e relevante nesta área, em parte pelas tradições barroco-mineiras e cidades históricas, em parte pelo ecoturismo graças aos atrativos naturais. (SERVILHA, 2006). O Alto é marcado também pela presença de remanescentes de quilombos e miscigenação destes com descendentes indígenas e europeus (FÁVERO e MONTEIRO, 2014).

O Médio Jequitinhonha, ou microrregião de Araçuaí, possui a formação vegetacional de caatinga, tendo a marcante cidade de Araçuaí e suas atividades culturais que lhe caracterizam como a “capital cultural do Jequitinhonha”. No Médio, há destaque para as atividades de mineração e pecuária, com significativa presença de “comunidades

tradicionais cujo cotidiano se dá na convivência com a escassez de água e as poucas e concentradas ocorrências de chuvas” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p. 11).

Por sua vez, o Baixo Jequitinhonha, conhecido como microrregião de Almenara, próxima do Estado da Bahia e na qual predominam as grandes fazendas de gado. Historicamente, “a partir do início do século 20, ocorreu de forma intensa a extração de madeira para comercialização, seguida da implantação de pastagens em grandes extensões de terras, assentadas no massacre de comunidades indígenas e na grilagem de terras” (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p. 12). Na análise dos autores, o Baixo Jequitinhonha tem:

[...] como principais referências as cidades de Almenara e Jequitinhonha e um histórico de dominação política dos fazendeiros, que se intensificou, a partir da década de 1980, a luta pela terra do Movimento Sindical e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que levou à atual presença de dezenas de acampamentos e assentamentos de trabalhadores rurais. (FÁVERO e MONTEIRO, 2014, p. 12).

A intensificação da luta pela permanência e sobrevivência dos sujeitos sociais e de suas comunidades tradicionais, que nos dizem de disputas por um território e por um projeto de desenvolvimento, é fator que estimula a criação de movimentos sociais, de organização dos grupos e de sua inserção nos espaços políticos apresentando suas demandas.

Neste sentido, as mulheres assumem diferentes papéis. A título exemplar, embora em outra perspectiva, um dos papéis assumidos é o de garantir sustento da família, conforme demonstra a publicação intitulada, “Nos campos do vale: cerâmica no Alto Jequitinhonha” que se reporta as associações de artesãs e a realidade dessas mulheres, diante da migração dos homens em busca de trabalho nos períodos de maior seca:

Nos longos períodos em que seus maridos e filhos estão fora, as mulheres permanecem na terra, cuidando da casa, das crianças, das criações e da roça. A produção de cerâmica é realizada em meio a todos esses afazeres, e representa um precioso complemento aos recursos enviados pelos maridos. (TEIXEIRA, 2010, p. 10).

Organizar-se coletivamente, por meio de associações, é uma estratégia voltada tanto para acessar mercado quanto para planejar o uso da argila (oriunda dos barreiros) enquanto um recurso natural disponível nas comunidades. Além deste caso supracitado, também nos inspiram à reflexão outras trajetórias de pesquisa que deram voz às mulheres, contempladas por políticas públicas, como o fez a publicação “Vozes do

Bolsa Família” resultante de pesquisa sociológica que analisa os resultados do Programa em algumas regiões do país, inclusive no Vale do Jequitinhonha.

Pesquisas como essas fazem com que mulheres percebam o quanto o trabalho feminino é importante e contribui na geração de renda própria e familiar, além disso visibilizam todo o trabalho feito por elas. No entanto a divisão do trabalho no campo ainda carece de atenção, pois há uma desigualdade compreendida a partir do discurso dominante, assim de acordo com BONI (2006) a organização do trabalho no meio rural precisa ser repensada, bem como entidades e todos os outros organismos de mediação entre sujeito e políticas públicas, em especial aquelas voltadas ao feminino devem assumir papel fundamental nessas transformações.

Olhando para relações sociais de gênero no Vale do Jequitinhonha

[...] O ensejo à fez tão prendada
 Ela foi educada pra cuidar e servir
 De costume esquecia-se dela
 Sempre a última a sair
 Disfarça e segue em frente
 Todo dia, até cansar
 E eis que de repente ela resolve então mudar
 Vira a mesa,
 Assume o jogo
 Faz questão de se cuidar
 Nem serva, nem objeto
 já não quer ser o outro
 hoje ela é um também⁵

A intenção e propositura para construir um olhar investigativo sobre as relações sociais de gênero no Vale do Jequitinhonha nascem a partir da vivência e observação de uma audiência pública⁶ organizada pela comunidade acadêmica para discutir as ameaças a umas das mais importantes políticas públicas para o Vale do Jequitinhonha: a criação de uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade. A mesa de abertura da audiência foi composta por duas mulheres, uma apanhadora de flores Sempre Vivas e a outra professora doutora e por um homem, professor doutor e reitor. A mulher apanhadora de Sempre Vivas compõe a mesa com sua filha – com menos de um ano de idade. Apresenta-se a si e a filha como coletoras de flores. Ocupam um espaço, mormente destituído e distante dos sujeitos sociais da classe popular. Participam da

⁵ Trecho da música “Desconstruindo Amélia”, composição de Pitty e Martin.

⁶ Refere-se à Audiência Pública realizada no dia 06 de dezembro de 2016, organizada pelo Conselho Universitário da UFVJM, com objetivo de discutir sobre os impactos do Projeto de Emenda a Constituição nº 55, em tramitação no Senado, com previsão de votação em segundo turno no dia 13 de dezembro de 2016.

audiência, oriundas e representantes de uma comunidade tradicional igualmente ameaçada.

As relações sociais de gênero fazem parte de relações de poder entranhas nas normas e valores da sociedade contemporânea e que, por sua vez, instituem e legitimam políticas. Algumas dessas políticas são públicas outras são privadas. A legitimação de determinada política é sempre dada por um determinado coletivo que, justamente com a política, define também uma instituição que passa a ter o poder simbólico de legitimação. Historicamente, a Igreja, o Estado e as Escolas assumiram esses papéis de reprodução social de valores e moralidades, desempenhando função de definir a cada sujeito qual o seu papel e, principalmente, seu lugar produtivo na complexa trama social.

Assim, no espaço rural, a questão agrária tem em suas entranhas um processo silencioso e silenciado de invisibilização do feminino, que se apresenta na sociedade tanto na relação com a natureza (com a terra, com a água) quanto na relação com as mulheres. Essa invisibilização se caracteriza também por desigualdades, por exploração, por abusos, por estratégias de sobrevivência e por superações. A invisibilização também mantém espessa camada de “aparências” sobre os conteúdos e normativas das políticas dos espaços privados (sobretudo aquelas comportamentais e de atribuições de papéis sociais), instauradas a partir de lastros das políticas dos espaços públicos.

As políticas privadas – aquelas regras construídas socialmente e instituídas no domínio do doméstico – são ancoradas, em muitos aspectos, pela ordem ideológica distorcida de relações sociais de gênero que definem perfis, comportamentos e modos de ser do feminino e do masculino. Do privado ao público, o “lugar da mulher” é muito bem delimitado e definido, socialmente. Assim, esse trânsito entre espaços é marcado por desafios que exigem determinadas condições (objetivas e subjetivas) do ser social feminino. Deste modo, por muitas vezes, as políticas públicas criam ou reproduzem o aparato ideológico e as ferramentas que permitem a reprodução legitimada de formas arcaicas de opressão, adversas a qualquer senso de humanidade como, por exemplo, da submissão a atos de agressão moral e física como forma de proteção da prole, da manutenção dos valores da família, do matrimônio e da honra.

A luta política, no atual momento histórico, empunha a bandeira de “lugar da mulher é onde ela quiser”. No entanto, a luta política por liberdade e autonomia não se

concretiza sem pensar a totalidade da dimensão humana: não se pode ser livre enquanto indivíduo, se a coletividade ainda está presa.

Considerando essas reflexões iniciais, a pesquisa nos permitiu iniciar um processo de aproximação com diferentes entidades, organizações e sujeitos sociais do Vale do Jequitinhonha. Um processo marcado pelo interesse de conhecer as realidades das comunidades, das organizações, das dinâmicas, dos modos de vida e, em especial, das mulheres do campo e da cidade. E, também, saber se e como as políticas públicas de Estado tem chegado até essas realidades.

Falar do Vale do Jequitinhonha é falar de vários vales, conforme já discutimos. Igualmente, são várias as mulheres do Jequi: lavadeiras, artesãs, agricultoras/camponesas⁷, trabalhadoras rurais, domésticas, lideranças comunitárias, mães/avós etc. Como são muitas as mulheres são muitas suas lutas, nuanças culturais e sociais, afim, conforme indica Ornat (2008, p. 311):

[...] da mesma forma que existem distintas espacialidades, relacionadas a distintas práticas sociais, a produção geográfica não é homogênea, havendo **uma grande variedade entre as temáticas valorizadas na própria reflexão das espacialidades dos grupos sociais** (grifos nossos).

Na análise de Ornat (2008, p. 311) “o espaço é um elemento primordial enquanto reflexo, meio e condição das normas culturais de gênero e sexualidade” e, portanto, é também a partir dele que podemos tentar compreender como as diferentes temáticas e demandas dos grupos sociais criam condições para objetivarem-se publicamente. Isso tem relação direta com a diferenciação na forma e conteúdos com que as mulheres de diferentes comunidades rurais e urbanas conseguem se mobilizar, se apropriar e construir projetos e acessar políticas públicas a partir da sua realidade.

Por isso, uma das hipóteses que estamos investigando durante a execução da pesquisa refere-se ao desdobramento da criação e execução de políticas públicas, de cunho social e econômico, em sua relação com o empoderamento feminino no Vale do Jequitinhonha. Este empoderamento se efetiva socialmente a partir da atuação das mulheres na criação ou condução de entidades e ou na mobilização das comunidades em prol de direitos sociais, dentre outros. Aliás, este empoderamento se efetiva ou pela via educacional, com acesso à educação e ao ensino superior, ou pela via econômica com assessorias para organização coletiva que contribuam no acesso e ou ingresso no

⁷ Neste artigo não temos por intuito aprofundar debate sobre a diferenciação política e social dos termos agricultura familiar e camponato. Utilizaremos os dois termos tendo em vista que, a depender da articulação com determinadas organizações sociais (ou movimentos sociais ou sindicatos etc.) os sujeitos do campo em questão se autodefinem ora como “camponesa” ora como “agricultora”.

mercado com seus produtos típicos (caso de artesãs ou apanhadoras de flores, dentre outros) ou, ainda, pela via política com a participação em movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Três possibilidades que podem ser complementares e nos podem indicar sobre a pertinência da diversidade de políticas públicas para uma determinada região, historicamente estigmatizada pelo discurso da miserabilidade e desigualdade.

O empoderamento pela via econômica, ainda que com suas limitações, em outras regiões brasileiras, já foi indicado por pesquisas como a de Walquiria Domingues Leão Rego e Alessandro Pinzani, ao se indagarem sobre os impactos na vida das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa família, em especial nas conquistas de autonomia (moral, econômica e política) ou, melhor, na “apreensão de certos sentidos de mudanças morais e políticas nas mulheres pobres”⁸. Os pesquisadores indicam apontamentos como, por exemplo, de que “[...] é possível entrever outras potencialidades liberatórias” (REGO e PINZANI, 2013, p. 26), referindo-se ao caso de mulheres que conseguiram se separar de maridos violentos. Obviamente que essas “outras potencialidades liberatórias” não se encerram na violência doméstica e, daí, necessidade em discutir a relação das políticas públicas com o empoderamento feminino.

Ainda sobre a importância das políticas públicas, Rego e Pinzani (2013, p. 28) apontam que elas:

[...] mesmo compensatórias, portam consigo algum **poder germinativo de formação de cidadãos** em sentido substantivo, devido às dimensões morais e éticas, inerentes às dotações monetárias feitas pelo Estado. O fato, de *per se*, importa para a redefinição dos padrões da vida política democrática de uma sociedade. (grifos nossos).

Esse “poder germinativo de formação de cidadãos” tem outros efeitos indiretos pois potencializa também a mobilização e organização social via criação de entidades como organizações não governamentais (ONGs) e movimentos sociais. No caso do Vale do Jequitinhonha, parte das políticas públicas implementadas nestes últimos dez anos, com destaque para aquelas voltadas para o público rural, foram geridas por organizações da sociedade civil, as quais possuem em sua composição diretiva lideranças femininas, desta forma, uma mesma mulher pode ser, ao mesmo tempo, beneficiária, gestora e reguladora do uso de recursos públicos. Esta condição por si só

⁸ Sinopse da obra “Vozes do Bolsa Família” <http://editoraunesp.com.br/catalogo/9788539305285,vozes-do-bolsa-familia-2-edicao>

abre um leque de possibilidades na formação política e cidadã dos sujeitos envolvidos, sejam mulheres ou homens.

Podemos tomar como exemplo os programas da Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA, que faz gestão de recursos Federais e Estaduais, articulados numa execução em rede. Tais programas como o Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC)⁹ e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2)¹⁰ provocam a formação e a mobilização social por meio da construção de tecnologias alternativas de captação e uso racional da água da chuva. Tais construções, porém, não se limitam à ampliação das possibilidades de garantia da disponibilidade de água para o consumo humano ou a produção agroecológica, mas para além disso, há um fator bem simbólico que provoca discussão e ao mesmo tempo reflexão/formação na comunidade, que é o fato das tecnologias serem prioritariamente cadastradas em nome das “mulheres da casa”. Algo simples, mas muito relevante ao passo que historicamente os imóveis são documentados como posse do “homem da casa”, fator que estabelece de forma oculta, a relação de poder e hierarquia na família. Este “conflito cultural” provocado é amplamente debatido em momentos de capacitação com os beneficiários, nos cursos proporcionados no âmbito das ações do programa.

Além disso, ao analisar as relações de trabalho, migração e pobreza, as pesquisas, em geral, tem abordado a realidade dos homens que migram para trabalhos temporários vinculados ao corte de cana-de-açúcar. A partir deste foco, em alguns casos, aborda-se em algum momento a situação das mulheres. Silva e Menezes (2010, p. 280) se dedicam a estudar como as mulheres participam das redes que envolvem a migração masculina e indicam: “Uma questão ainda pouco explorada tem sido a posição das mulheres neste tipo de migração. Por ser uma migração majoritariamente masculina, a maioria dos estudos tem privilegiado um olhar para os homens.” Em seguida, escrevem: “Embora a maioria dos que migra sejam homens, isto não significa que a mulher esteja alijada desse processo”. Esta tônica fundamenta a denominação de “viúvas do sertão” para essas mulheres que, com sua prole, muitas vezes são

⁹ O Programa tem como objetivo levar água para a população residente ao longo do Semiárido brasileiro, promovendo a garantia de água para beber e cozinhar ao longo dos meses de estiagem. O Programa se projeta sistematicamente com a organização da sociedade civil, a partir de 1999, quando se propuseram a construção das Cisternas com o apoio da A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) junto ao Governo Federal.

¹⁰ O Programa se objetiva a estimular o desenvolvimento rural no semiárido, promovendo segurança alimentar, geração de emprego e renda para as famílias agricultoras proporcionando manejo sustentável da terra e da água, auxiliando na produção de alimentos. O número 1 refere-se a terra para manejo e o 2 à água potável e água para produção de alimentos.

abandonadas por seus maridos migrantes. O relato apresentado por Sakamoto (1999, s/p) é ilustrativo destas narrativas que têm a migração e a análise do masculino como central:

As mulheres vêem seus maridos irem embora e, apesar da tristeza, enchem-se de esperança. A esperança de que eles voltem bem e rápido para seus braços. Dedicam-se então à criação da prole – grande na maioria das vezes, impossível de ser contada em uma só mão. Cartas são quase sempre o único meio de comunicação entre o casal por anos a fio.

O autor aborda situação de mulheres no município de Codó (MA) que se descobrem chefes da família com a migração dos seus maridos em busca de trabalho e passam a assumir toda responsabilidade de reprodução social da família, afinal “cuidam sozinhas de seus filhos, que ficam meses ou anos sem ver o pai, tornando-se por vezes viúvas de marido vivo” (SAKAMOTO, 2016, s/p). A denominação de viúvas de marido vivo também merece reflexão sobre o olhar dirigido a essas mulheres, qualificadas a partir da ausência da figura masculina, vitimizadas por um abandono que se justifica e é legitimado pela necessidade de sobrevivência.

Embora a esperança “das que ficam” seja alimentada pela perspectiva dos maridos retornarem com recursos financeiros suficientes para melhorar a condição de vida da família, as mulheres e sua prole não ficam estáticos. A partir de relatos de mulheres do Vale, foi possível observar que essas mulheres não alimentam uma perspectiva de fragilidade, desgraça ou lastimosa. Eles criam formas de vivência a partir das possibilidades e organização local, tomando decisões e desenvolvendo ações determinantes para melhoria da qualidade de vida, ainda que subjugadas as normativas conservadoras e restritivas da sociedade local (como, por exemplo, de que lugar de mulher é em casa) e da lógica mercantil de inserção periférica¹¹.

Outro exemplo, observado na pesquisa de campo, foi no município de Chapada do Norte que, a partir do trabalho do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV), construíram barraginhas, bacias de contenção, cisternas de placa, diques, implantaram hortas orgânicas e se organizaram em associações de feirantes, aumentando a renda familiar. A maioria dessas atividades se desenvolveram em tempos de migração, ou seja, a mulher assumiu o protagonismo das decisões sobre o destino de

¹¹ Caberia desenvolver pesquisa sobre as formas de apropriação e transferência de renda do trabalho feminino do Vale do Jequitinhonha por meio dos artesanatos. Em geral, há uma grande diversidade e qualidade estética de produção de peças, com diferentes materiais (palha, madeira, argila etc.) e que são vendidos ou nas rodovias ou a atravessadores por preços ínfimos (cerca de R\$ 10 a 30 reais a peça) e, nas grandes redes de circulação ganham preços extraordinários pela sua valoração social e geográfica.

suas propriedades e dos seus meios de vida. Isso provocou mudanças tamanhas ao ponto de que existem famílias que não precisam mais migrarem pois, já existem condições favoráveis para o trabalho e sustento em sua propriedade.

Essas observações nos remetem a reflexão sobre a legitimação da divisão sexual do trabalho no espaço rural, sobretudo quando esta é utilizada como um dispositivo de fragilização e minimização da importância do trabalho feminino. Ao longo de todo o Vale do Jequitinhonha as mulheres no meio rural exercem atividades que estão além da lida com o quintal (inclui hortaliças, porcos e galinhas). Os trabalhos *ditos* pesados também são feitos por elas, principalmente em períodos de migração sazonal quando os homens deixam seu lugar e migram por alguns períodos em busca de trabalho, seja em colheitas de laranja, café e outros para complementar a renda. Ocorre que todo o trabalho feito pelas mulheres se torna muitas vezes invisível no próprio contexto familiar, aos olhos de entidades e órgãos do serviço público.

Parte desta realidade começa a ser desconstruída, sobretudo com a possibilidade de acesso a políticas públicas de base social e produtiva. Por exemplo, a possibilidade de acesso a crédito produtivo, voltado para infraestrutura, organização e produção dos *ditos* quintais visando circuitos curtos dos mercados locais. Os créditos, muitas vezes, prescindem de organização coletiva e esse critério tem contribuído para discussões mais amplas sobre as condições femininas para a produção e comercialização – ou seja, implica diretamente na discussão sobre o papel do feminino no espaço rural, sobre o trabalho no quintal, mas também sobre o trabalho na feira, na gestão e articulação. Essas intervenções passam a exigir das famílias e comunidades outros movimentos, de mudanças nas estruturas normativas e comportamentais, de valores e confrontos com heranças culturais. Algumas das políticas públicas focadas na linha produtiva que foi possível identificar são o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹² nas diferentes modalidades, o Programa AGROAMIGO¹³ e os projetos de Assistência Técnica e Extensão Rural¹⁴ – modalidade Mulher. Um projeto executado a

¹² O Programa é uma iniciativa do Governo Federal criado em 1995 para atender pequenos e miniprodutores rurais, possibilitando créditos de investimento à produção. É um programa dividido em linhas de créditos e uma delas é o PRONAF Mulher, criado para atender necessidades das mulheres produtoras rurais com financiamentos de investimentos a partir do crédito.

¹³ O Agroamigo, programa de microfinança rural do Banco do Nordeste está presente nas comunidades rurais com agentes de microcréditos atendendo à agricultores que estejam enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

¹⁴ Instituída pela LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010, trata-se de um subprograma do PRONAF que ao longo de dois anos intenciona a realização de 13 atividades, em sua maioria coletiva que

partir de recursos da Petrobrás foi o “Economia Lilás avança no semiárido” que possibilitou articulação de diferentes entidades como a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas, a AMEFA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dentre outros. O projeto beneficiou 440 mulheres, 54 grupos produtivos, incluindo atividades formativas (utilizando pedagogia da alternância e a estrutura das escolas família agrícola) e o desenvolvimento de projeto produtivo (individual ou coletivo) visando criar as condições para geração de renda. Outro aspecto interessante deste projeto, em específico, foi quanto a criação de associações de mulheres nas comunidades rurais, a ocupação, por mulheres rurais, de cargos em sindicatos e outros entidades, lançamento de candidaturas para cargos políticos (vereadoras) etc.. Esses resultados são indicativos do processo de empoderamento que as políticas públicas proporcionam a estas mulheres fazendo com que se conscientizem e ocupem espaços que a priori foram apenas observado de longe por elas.

As políticas públicas, bem como programas governamentais têm dado relevância econômica à agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha e incorporado o sujeito feminino com especificidade, como é o caso do PRONAF Mulher que auxilia no desenvolvimento territorial, mas também a autonomia da mulher sobre a posse da Terra.

Estudos como de GUTIÉRREZ (2002) visibiliza o trabalho feminino nas feiras livres culturais das cidades do Vale do Jequitinhonha, em especial Turmalina:

Pode-se afirmar que a experiência da feira livre de Turmalina sustenta-se, em grande parte, no trabalho doméstico das mulheres. Nos dois grupos que foram mencionados, o trabalho feminino tem muito mais importância quando se trata da produção para a feira. Pode-se afirmar que, no caso dos produtores fracos, são, na sua maior parte, as mulheres que trabalham para este mercado, tanto na venda, no preparo ou na produção, e são elas que mantêm um ingresso em dinheiro quando os homens não estão assalariados (GUTIÉRREZ, 2002, p. 104).

Nesse sentido, políticas governamentais de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar, do artesanato no Vale do Jequitinhonha, feito em sua maioria por mulheres, também contribui para a dinamização econômica, impacta e confronta construções simbólicas do feminino e masculino que a partir de então são construídas considerando a relação social de gênero.

A pesquisa exploratória feita no Vale nos mostrou que, além da diversidade de mulheres, de realidades etc. há também uma variedade de respostas e possibilidades a partir do acesso a políticas públicas e sua repercussão imediata em relação a ocupação

propõe a discussão sobre o que é ser mulher, bem como se organizam no trabalho, na produção e na comercialização do que produzem.

de outros espaços, ao trânsito entre o público e o privado. Afinal, elas se encorajam para longos diálogos no espaço privado do lar doméstico, na tomada de decisões sobre suas próprias vidas e algumas delas, inclusive, retomam projetos de vida como o de estudar. São essas mudanças na dinâmica social e pessoal dessas mulheres que caracterizam processos de empoderamento.

Entende-se que o empoderamento feminino contribui na mudança da dinâmica social de reprodução da subalternidade do feminino, além disso, as trajetórias não são compreendidas no singular e sim dentro de determinados grupos sociais onde a submissão, relação de gênero, aceitação e recusa são faces da mesma moeda. Reconhecer o empoderamento feminino como processo que circunda o individual e coletivo, sobretudo no meio rural não é tarefa fácil, além do que o tempo de uso deste termo no Brasil se faz recente:

O termo empoderamento, na tradução brasileira, ou *empowerment*, na língua inglesa, tem raízes na segunda metade do século XX, em lutas pelos direitos civis, por meio da bandeira do movimento negro e movimento feminista. Esta categoria de análise é conhecida e estudada em muitos países, porém, no Brasil, essas reflexões são incipientes. Consiste em uma alternativa para estudos no campo da exclusão e marginalidade, sendo uma estratégia para romper com paradigmas tradicionais de atenção e intervenção (LANDERDAHL, 2013, p. 309).

O diálogo com empoderamento feminino e as mulheres do Vale possibilita debates e reflexões na inserção de políticas públicas como o PRONAF, por exemplo. Além disso, é possível a compreensão, a partir das trajetórias dessas mulheres, de seu universo simbólico.

Considerações parciais

O projeto de pesquisa ainda está em andamento e ainda serão realizadas incursões empíricas para realização de entrevistas, ao modo de conversa interessada, com algumas mulheres que nestes últimos dez anos se tornaram lideranças em suas comunidades, seja do ponto de vista político (associações etc.), social (atuação entidades como igrejas, escolas etc.), econômico (organização produtiva e independência econômica). Ainda assim, com as leituras e dados preliminares foi possível observar que as mulheres entendidas nesse trabalho como sujeitos, em uma mediação com políticas públicas constroem novos diálogos sobre as relações sociais de

gênero, sobre o trabalho feminino passando assim pelas dimensões objetivas, mas também subjetivas de uma construção identitária cultural, social e econômica.

Na vivência dessas mulheres as políticas públicas são compreendidas como possibilidades de melhorias para suas comunidades, mas também potencializa o desafio de romper com as opressões estruturantes que as invisibilizam, seja no espaço rural, diante de cargos políticos e outros espaços públicos, bem como o privado. A radicalidade dessas mulheres em fazer a mudança na sua dinâmica social é o que entendemos como empoderamento feminino.

Referencias Bibliográficas

ANGULO, José Luis Gutiérrez. Mercado local, produção familiar, e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. Lavras/MG: UFLA, 2002. **Dissertação** (Mestrado em Administração: Gestão, Ambiente e Desenvolvimento).

BITTENCOURT, Luciana. Tecendo textos culturais: tecelagem, narrativas orais e gênero no Vale do Jequitinhonha. **Revista de Antropologia** (1995), p. 187-206.

BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. **XXX Encontro Anual da ANPOCS. Anais**, p. 01-25, 2006.

FÁVERO, Claudenir e MONTEIRO, Fernanda Testa. Disputas territoriais no Vale do Jequitinhonha: uma leitura pelas transformações nas paisagens. **Revista Agrícolas**, v. 11, n. 3, out. 2014, p. 07-15.

LANDERDAHL, Maria Celeste et al. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, v. 17, n. 2, 2013, p. 306-312.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, 2008, p. 309-322.

PORTAL POLO JEQUITINHONHA. Vale do Jequitinhonha: Belo Horizonte: UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<https://www2.ufmg.br/polojequitinhonha/O-Vale/Sobre-o-Vale>> . Acessado em 11 dez. 2016.

REGO, Walquiria Domingues Leão e PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**, n. 38, abr. 2013, p. 21-42.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99

SERVILHA, Mateus de Moraes. As relações de trocas materiais e simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí – MG. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Extensão Rural) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

SOUZA, João Valdir Alves. Fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. Nota Científica. **Revista Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul./dez., 2003, p. 01-21.

TEIXEIRA, Raquel Dias. **Nos campos do vale**: cerâmica no Alto Jequitinhonha. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.